

Maria Aurenice Mendes Frazão Rodrigues

Título: O impacto das mudanças constitucionais nas ações de enfrentamento do trabalho infantil, após 1988: uma reflexão sobre a realidade de Teresina – Piauí

Volume: 01 - Número de páginas: 230

Data da Defesa: 09 de novembro de 2004

Mestrado em Políticas Públicas – Universidade Federal do Piauí

Área do Programa: Serviço Social

Área de Concentração: Estado, Sociedade e Políticas Públicas

Linha de Pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais

Orientadora: Dr^a Antônia Jesuíta de Lima

Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco/UFPI

Banca Examinadora: Dr^a Antônia Jesuíta de Lima

Dr^a Denise Bomtempo Birche de Carvalho

Dr^a Maria D'Alva Macedo Ferreira

RESUMO

As mudanças introduzidas pela Constituição brasileira de 1988 geraram expectativas de garantir à criança e ao adolescente uma proteção integral e, conseqüentemente, a eliminação do trabalho infantil. Neste estudo, pretende-se examinar a configuração das ações de enfrentamento desse tipo de trabalho a partir de 1988, objetivando verificar em que medida as transformações no campo das políticas sociais, após a nova Constituição, contribuíram para o desenho das referidas ações, em Teresina, no período de 1992 a 2003.

A pesquisa teve como ponto de partida a compreensão da descoberta do sentimento de infância, ficando evidenciado, a partir daí, que o trabalho precoce vincula-se às condições de vida das camadas populares, sendo parte do processo educativo na Idade Média e uma estratégia de sobrevivência, no contexto da sociedade capitalista. Examina-se, também, como se consolida, na sociedade brasileira, a dicotomia entre infância rica e infância pobre, como também as respostas que a sociedade, e principalmente o Estado, oferecem à questão das crianças pobres, trabalhadoras ou não, caracterizando-se como reafirmadoras do trabalho como recurso educativo, repressivo, assistencialista, descontínuo e descontextualizado.

Em seguida, mostra-se que a Constituição Federal de 1988 introduziu mudanças no campo das políticas sociais que apontam para um novo tratamento do trabalho infantil, sob a concepção da proteção integral à criança e ao adolescente e os princípios da universalidade, integralidade, descentralização e participação popular, desencadeados no cenário dos anos de 1990.

Assim, Teresina, no Piauí, sob o impacto das mudanças constitucionais, engendrará ações que sinalizam um novo tratamento do trabalho infantil, sem, no entanto, explicitar uma estratégia clara, que se encaminhe para uma política de efetivo combate e erradicação desse trabalho, uma realidade que, além do nível municipal, se evidencia, igualmente, em âmbito nacional.

ABSTRACT

The changes introduced in the 1988 Brazilian Constitution generated expectations concerning the possibility to guarantee integral children and adolescents protection, and therefore, the eradication of infantile labour. It is intended, with this study, to examine the configuration of actions tackling 1988's infantile labour scenario, with the objective to verify to what extent the changes, introduced in the field of social policies after the Constitution of 1988, contributed to a new delimitation of the actions confronting infantile labour in Teresina, in the period between 1992 and 2003.

This study had as its starting point the comprehension of the feelings children presented and how, from this fact, it became evident that precocious labour is connected to the life conditions of different social layers, part of this process being educational, transforming itself into a survival technique in the capitalist society context. It is examined the way in which the Brazilian society is becoming a dichotomy between the wealthy infancy and the poor one and the answers that society and, mainly the State, are giving to the poor children issue, labouring children or not, characterizing a reassurance of work as an educational resort, repressive, assistentialist, not continuous and not contextualized.

It is shown, in due time, that the 1988 Federal Constitution introduced changes in the field of social policies that point out the possibility of a new treatment to the infantile labour issue, from the conception of integral children and adolescents protection, according to the universal principles of integrity, decentralization and social participation in the 1990's scenario.

It is concluded that Teresina, under the impact of Constitutional changes, will implement measures that signalize a new infantile labour treatment, without, however, explicit a clear strategy that would thread the path of a policy that would tackle and eradicate infantile labour, in the municipal scope, a reality that also becomes evident nationally speaking.